

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Financeiras da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia") relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na legislação societária, nas normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que já tenham sido referendados pelo BACEN e estão sendo apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Dessa forma, as presentes demonstrações financeiras não foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O ano de 2010 foi marcado pela recuperação da economia brasileira, com o PIB apresentando crescimento de 7,3%, após queda de 0,6% registrada em 2009. A expansão do consumo das famílias e dos investimentos levou a este desempenho, tendo, porém resultado também em necessidade de atenção ao ritmo de absorção doméstica e a capacidade de expansão da oferta. A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou 2010 com alta de 5,9%, refletindo principalmente a elevação dos preços dos alimentos, sinalizando tendência internacional dos preços das principais commodities. As maiores pressões inflacionárias levaram o Banco Central a promover sucessivos aumentos da taxa Selic, que passou de 8,75% no início de 2010 para 10,75% a partir do segundo semestre do ano, permanecendo nesse patamar até o final do exercício. O cenário internacional instável, refletindo em certa medida

as preocupações com questões de ordem fiscal na Europa, acabou impactando o mercado de ações brasileiro, levando o Ibovespa a encerrar o ano em 69.304 pontos, com valorização de 1,04%. No mesmo período, o dólar encerrou 2010 cotado a R\$1,6662 para venda, com queda de 4,3% em relação ao fechamento de 2009. Para 2011, estimativas divulgadas pelo Banco Central para o PIB apontam para um crescimento de cerca de 4,5%. Em 2010, o volume global de ativos administrados pela indústria de administração de recursos de terceiros alcançou um patrimônio líquido de R\$1 bilhão (16,6% em relação às Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA), com aumento de 16,8% em relação a 2009. No final do ano, conforme dados da ANBIMA, o volume total de recursos sob gestão da Sul América Investimentos DTVM S.A. era de R\$17,5 bilhões, provenientes de clientes institucionais (fundos de pensão e empresas), distribuidores externos e clientes *private*, representando um aumento de 21,3% sobre o saldo de R\$14,4 bilhões registrado no final de 2009. Em outubro de 2010, a Standard & Poor's reafirmou a classificação "AMP-1" (Muito Forte) atribuída à Sul América Investimentos DTVM S.A. Esta classificação reflete o bom perfil de negócios da empresa e os benefícios de integrar o grupo SulAmérica; de manter uma carteira diversificada, com uma boa gama de produtos, práticas muito fortes relativas às operações e controles; a expertise de seu corpo diretivo; processos disciplinados de administração de investimentos, e seus bons princípios fiduciários. A Sul América Investimentos encerra o exercício de 2010 com um resultado de R\$7,2 milhões.

A destinação do resultado está abaixo demonstrada:	2010	2009
Lucro líquido antes das participações de funcionários	10.860	15.501
Participações no resultado	(3.613)	(4.796)
Lucro líquido do exercício	7.247	10.705
Constituição da reserva legal (5%)	(363)	(535)
Lucro líquido ajustado (Artigo 202 - Leis 6.404/76 e 10.303/01)	6.884	10.170
Dividendo Obrigatório	1.721	10.170
Dividendo Adicional	5.163	-
Dividendo Proposto	6.884	10.170

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Notas	2º Semestre 2010	2009
RECEITA DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	-	2.427	4.713
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	-	2.427	4.713
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	-	2.427	4.713
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	-	6.273	10.920
Recargas de Prestação de Serviços	14	19.297	35.955
Despesas de Pessoal	15	(6.250)	(12.095)
Outras Despesas Administrativas	16	(5.828)	(11.671)
Despesas Tributárias	16	(1.556)	(2.877)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-	808	1.608
RESULTADO OPERACIONAL	-	8.700	15.633
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	-	8.700	15.633
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17	(2.182)	(3.189)
Atividade de Investimento	17	(2.200)	(3.189)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	-	(2.230)	(3.613)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	-	4.000	7.247
QUANTIDADE DE AÇÕES	-	17.166.837	17.166.837
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	-	0,23301	0,42215
			0,62359

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais)

	2010	2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento por serviços prestados na Gestão de Recursos	36.576	32.485
Receitas e Despesas Operacionais	(1.557)	(1.268)
Despesas Administrativas	(20.204)	(15.192)
Impostos e Contribuições	(6.076)	(9.025)
Títulos e Valores Mobiliários para Negociação	(1.220)	587
Rendimento das Aplicações Financeiras	5.863	15.448
Negociação	483	586
Disponível para Venda	5.380	14.462
Pagamentos de Serviços Terceiros	(3.461)	(2.147)
Outros Pagamentos / Recebimentos Operacionais	(3.448)	(1.763)
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	6.473	18.705
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Títulos e Valores Mobiliários	4.804	35.411
Depósitos e Resgates Judiciais	(1.124)	(1.419)
Compra de Ativo Imobilizado	(60)	(225)
Outros Pagamentos / Recebimentos das Atividades de Investimento	-	(6)
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	3.620	33.761
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de Dividendos	(10.170)	(20.669)
Outros Pagamentos / Recebimentos da Atividade de Financiamento	-	(31.721)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(10.170)	(52.390)
VARIACÃO LÍQUIDA DO CAIXA	(77)	76
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - Saldo Inicial	101	25
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - Saldo Final	24	101
AUMENTO / (DIMINUIÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	(77)	76

ATIVO	Notas	2010	2009
CIRCULANTE		49.408	52.832
DISPONIBILIDADES	-	24	101
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		5	44.704
Carteira Própria	-	44.704	49.444
OUTROS CRÉDITOS		4.591	3.199
Rendas a Receber	6	3.429	2.698
Diversos	7	1.162	501
OUTROS BENS E VALORES REALIZÁVEL EM LONGO PRAZO		39	88
RECEITAS DE LONGO PRAZO	-	7.649	8.957
OUTROS CRÉDITOS		7.649	8.957
Diversos	7	7.649	8.957
PERMANENTE		459	569
INVESTIMENTOS	-	6	6
IMOBILIZADO	-	423	526
Diversos	-	30	37
TOTAL DO ATIVO		57.516	62.358

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Capital Realizado	Incentivos Fiscais	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Ajuste ao valor de Mercado - TVM e Derivativos	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31.12.2008	63.284	79	1.282	18.279	2.072	-	84.996
Ajuste ao Valor de Mercado	(31.721)	-	-	-	(2.071)	-	(31.721)
Resultado de Operações	-	-	-	(18.279)	-	10.705	10.705
Saldos em 31.12.2009	31.563	79	1.817	-	1	33.460	67.759
Ajuste ao Valor de Mercado	-	-	-	-	(3)	-	(3)
Resultado de Operações	-	-	363	-	(363)	7.247	7.247
Saldos em 31.12.2010	31.563	79	2.180	-	(2)	33.820	67.559
Ajuste ao Valor de Mercado	-	-	-	-	(7)	-	(7)
Resultado de Operações	-	-	-	-	9	4.000	4.000
Saldos em 30.06.2010	31.563	79	1.980	-	-	3.084	36.697
Ajuste ao Valor de Mercado	-	-	-	-	-	-	-
Resultado de Operações	-	-	-	-	-	200	200
Saldos em 31.12.2010	31.563	79	2.180	-	(2)	33.820	67.559

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL: A SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado controlada indireta da Sul América S.A., denominada "SASA", foi constituída em 1989, com sede na capital do Estado de São Paulo, tendo como principais objetivos a administração de recursos de terceiros, administração de fundos de investimento, prestação de serviços de consultoria e assessoria financeira, serviços relacionados com o mercado de capitais. (2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na legislação societária, nas normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que já tenham sido referendados pelo BACEN e estão sendo apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Dessa forma, as presentes demonstrações financeiras não foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As referidas demonstrações financeiras compreendem os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultado, as demonstrações dos fluxos de caixa e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31.12.2010 e de 2009 e para o semestre findo em 31.12.2010. (2.1) CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: O Conselho de Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 23.02.2011. (3) PRINCIPAIS PRÁTICAS ADOTADAS: As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. (3.1) RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: • O resultado das operações é apurado pelo regime de competência; • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e no passivo de longo prazo, respectivamente; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato; • O ajuste a valor presente é calculado para os ativos e passivos financeiros circulantes e de longo prazo, sendo utilizada como taxa de desconto a Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC); (3.2) ATIVOS FINANCEIROS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES: • Classificação e mensuração: Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: - Títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são contabilizados pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos no período, ajustados ao valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidas no resultado. (3.3) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS: São créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas vigentes na base das demonstrações financeiras. (3.4) PASSIVOS FINANCEIROS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES: (3.4.1) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO: A provisão para imposto de renda e de contribuição social corrente foram constituídas pelas alíquotas vigentes na base das demonstrações financeiras. A provisão para imposto de renda e de contribuição social diferidos são reconhecidas, em sua totalidade, pelas alíquotas vigentes sobre as diferenças temporárias. (3.4.2) PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS: • As provisões para as contingências de natureza cível, objeto de revisão judicial são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e por juros de 0,78% ao mês. As provisões para as contingências de natureza trabalhista são atualizadas mensalmente pela Taxa Referencial (TR) e por juros de 0,78% ao mês. Tanto as provisões para as contestações de natureza cível, quanto às de natureza trabalhista são contabilizadas com base nas opiniões do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais e com base em percentuais específicos obtidos a partir da análise do histórico de pagamentos efetuados no período de 60 meses nos casos encerrados, calculados levando-se em consideração a natureza dos processos judiciais, a respectiva probabilidade de perda do processo, o desembolso financeiro esperado. Esses fatores foram calculados a partir da análise da relação dos valores despendidos com os processos encerrados por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas respectivas estimativas históricas de exposição ao risco. As provisões para contingências estão contabilizadas nas rubricas Outras Obrigações, no passivo exigível longo prazo, e consideram os valores atuais das mencionadas contingências. • As provisões para as contingências de impostos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente, atualizadas mensalmente pela TR ou pela SELIC, conforme legislação vigente. São contabilizadas com base nas opiniões do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. A Companhia adota o procedimento de provisionar a totalidade das contingências tributárias, cuja probabilidade de perda foi considerada provável, e para as demais causas tributárias, a provisão contabilizada foi definida a partir de uma análise individualizada da possibilidade de futuro desembolso de cada processo judicial. Os valores referentes aos questionamentos relativos à legalidade ou inconstitucionalidade de impostos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, estão sendo contabilizados na rubrica Outras Obrigações, no passivo exigível a longo prazo. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica Outros Créditos, no ativo realizável a longo prazo e são atualizados mensalmente pela TR ou pela SELIC, conforme legislação vigente. (3.5) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E PÓS EMPREGO: Os benefícios mantidos pela Companhia compreendem: o Plano de Contribuição Definido por Intermediário do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e os custos com o PGBL, são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. (3.6) DIVIDENDOS: Os dividendos da Companhia, de acordo com o estatuto social, são contabilizados no encerramento do exercício social, sendo o valor relativo aos dividendos obrigatórios, equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício ajustado em consonância com a legislação em vigor. (3.7) USO DE ESTIMATIVAS: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia faça estimativas, julgamentos e premissas sobre o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos, a probabilidade de êxito nas contingências e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para contingências, e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que revertida surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se no item 11.3 - Ações Financeiras. (4) INSTRUMENTOS FINANCEIROS: (4.1) GERENCIAMENTO DE RISCOS: Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia são os riscos de taxa de juros, de crédito e de liquidez. A administração desses riscos contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela sua Administração e reavaliadas frequentemente pelos Comitês Internos. A Companhia possui controles internos que se destinam a garantir que essas políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estejam de acordo com os objetivos definidos pela Companhia. A metodologia utilizada para o gerenciamento de risco das aplicações financeiras compreende a análise dos riscos de crédito e de mercado. Esse monitoramento é constante e em consonância com os limites pré-estabelecidos e dentro das políticas internas de alocação de recursos definidas pelo Comitê de Investimento. No tocante ao risco de Mercado é utilizada a metodologia Value at Risk (VaR) paramétrico com nível de confiança de 95%. • Risco da taxa de juros: O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Companhia estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio de investimentos. A Companhia adota o processo de mensuração e monitoramento do risco de flutuação nas taxas de juros e nos prazos em condições normais e adversas de mercado. • Risco de crédito: Os limites à exposição ao risco de crédito relativos às aplicações financeiras são estabelecidos através de um Comitê de Crédito, resumidamente os critérios para exposição de crédito adotados são os seguintes: a) Títulos Públicos Federais: até 100%; b) Títulos Públicos Estaduais e Municipais: 0%; c) Empresas não-financeiras (títulos corporativos): é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos. Como decorrência dessa análise é elaborado um "Score" ("rating" interno). Com base no "Score", é estabelecido um limite de crédito. Este limite será utilizado na exposição máxima a títulos de emissão para uma determinada empresa não-financeira; d) Instituições financeiras: é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos. Como decorrência dessa análise, é elaborado um "Score" ("rating" interno). Com base no "Score" obtido, é estabelecido um limite de crédito, e de prazos máximos de risco para compra de papéis emitidos por instituições financeiras. Os limites de exposição a risco são monitorados regularmente pela área de Análise Quantitativa e de Risco. • Risco de liquidez: A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Companhia, bem como, a liquidez dos seus instrumentos financeiros. (4.2) DERIVATIVOS: Em 31.12.2010 e de 2009, a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos. (5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS:

	2010	2009
Títulos de renda fixa - privados	7.938	6.698
Fundos de investimento não exclusivos	7.938	6.698
Títulos de renda fixa - públicos	36.766	42.746
Letras Financeiras do Tesouro	11.861	42.746
Notas do Tesouro Nacional	24.905	-
Total	44.704	49.444

A classificação e o vencimento dos títulos e valores mobiliários em 31.12.2010 e de 2009 feitos de acordo com os critérios de contabilização e avaliação descritos na nota (3.2), é a seguinte:

	Até 2 ou 3 meses ou vencimento	De 2 a 5 anos	Valor de custo mais rendimentos	Valor de (Perdas)/ mais realizados
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO				
Títulos de renda fixa - privados	7.938	-	7.938	7.938
Fundos de investimento não exclusivos	7.938	-	7.938	7.938
Títulos de renda fixa - públicos	-	36.770	36.770	(4)
Letras Financeiras do Tesouro	-	11.861	11.861	-
Notas do Tesouro Nacional	-	24.909	24.909	(4)
Total 2010	7.938	36.770	44.708	(4)
Total em 2009	6.698	42.745	49.443	1

(5.1) CRITÉRIOS ADOTADOS NA DETERMINAÇÃO DOS VALORES DE MERCADO: Os ativos mantidos em carteira são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBOVESPA. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mercado a valor de mercado, sendo: nível 1 - Preços negociados sem ajustes por mercados ativos e nível 2 - Valores calculados utilizando-se dados (preços ou taxas) divulgados nos mercados ativos. Nível 1 - Títulos de renda fixa - públicos: Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; Nível 2 - Fundos de investimento não exclusivos: Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo Administrador de cada Fundo, sintetizados no valor da cota divulgada. (6) RENDAS A RECEBER: Em 31.12.2010 e de 2009, os saldos estão representados pelas taxas de administração e pagamento de clubes e fundos de investimento financeiros, que são administrados pela Companhia, no montante de R\$3.429 (R\$ 2.698 em 2009).

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)

	Capital Realizado	Incentivos Fiscais	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Ajuste ao valor de Mercado - TVM e Derivativos	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31.12.2008	63.284	79	1.282	18.279	2.072	-	84.996
Ajuste ao Valor de Mercado	(31.721)	-	-	-	(2.071)	-	(31.721)
Resultado de Operações	-	-	-	(18.279)	-	10.705	10.705
Saldos em 31.12.2009	31.563	79	1.817	-	1	33.460	67.759
Ajuste ao Valor de Mercado	-	-	-	-	(3)	-	(3)
Resultado de Operações	-	-	363	-	(363)	7.247	7.247
Saldos em 31.12.2010	31.563	79	2.180	-	(2)	33.820	67.559
Ajuste ao Valor de Mercado	-	-	-	-	(7)	-	(7)
Resultado de Operações	-	-	-	-	9	4.000	4.000
Saldos em 30.06.2010	31.563	79	1.980	-	-	3.084	36.697
Ajuste ao Valor de Mercado	-	-	-	-	-	-	-
Resultado de Operações	-	-	-	-	-	200	200
Saldos em 31.12.2010	31.563	79	2.180	-	(2)	33.820	67.559

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais)

(7) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS: Créditos tributários de impostos e contribuições (nota 7.1) 2.366 2.009 Impostos e contribuições a compensar 842 92 Depósitos judiciais (nota 11) 5.279 3.943 Outros 324 413 Total

Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

C.N.P.J. Nº 32.206.435/0001-83

SulAmérica

associada ao  ING

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2010

O Comitê de Auditoria da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é um órgão colegiado constituído por três diretores da instituição, todos nomeados pelo Conselho de Administração, que funciona consoante as diretrizes estabelecidas em seu regimento interno, instituído nos termos do Inciso I, do artigo 15, do Regulamento Anexo à Resolução nº 3.198, do Conselho Monetário Nacional, de 27 de maio de 2004. As principais atribuições do Comitê são a avaliação da qualidade das demonstrações financeiras e observância das práticas contábeis estabelecidas na legislação aplicável, da efetividade dos sistemas de controles internos da instituição e a avaliação da efetividade das auditorias independente e interna. No exercício de suas atividades no 2º semestre de 2010, o Comitê reuniu-se com a Administração da Companhia para avaliar a revisão preventiva nos processos e sistemas vinculados à atividade de gestão de recursos próprios e de terceiros, que contemplou a análise de aspectos qualitativos e quantitativos associados aos principais processos sob gestão da Sul América Investimentos. Tais trabalhos foram iniciados no 1º trimestre de 2010. Os pontos operacionais levantados no relatório sobre os processos foram cumpridos dentro do prazo estabelecido. Foram apresentados também os pontos em andamento sobre a auditoria de sistemas. Havia 3 itens em andamento dentro dos prazos estabelecidos, sendo que dois pontos já tinham sido implementados. A avaliação da qualidade das demonstrações financeiras e notas explicativas relativas ao exercício findo em 31.12.2010, considerou, além

dos valores expressos nos referidos relatórios, os processos adotados para sua elaboração. Com base nessa avaliação e nas demais informações obtidas no decorrer de seus trabalhos, o Comitê concluiu que as referidas demonstrações foram elaboradas com base na legislação societária, nas normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que já tenham sido referendados pelo BACEN e estão sendo apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Dessa forma, as presentes demonstrações financeiras não foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Estas demonstrações refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações dos recursos da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., recomendando ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações contábeis auditadas relativas ao período findo em 31.12.2010. Dando por concluída a ordem do dia, os membros encerraram a reunião e lavraram a presente ata, a qual após lida e entendida, é assinada. São Paulo, 10 de fevereiro de 2011. Thomaz Cabral de Menezes - Marcelo Pimentel Mello - Emil Andery.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e aos Administradores da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010, e as respectivas demonstrações do resultado e das mutações do patrimônio líquido para o exercício e semestre findos naquela data e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras.** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações

financeiras da instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Investimentos Distribuidora de Título e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações para o exercício e semestre findos naquela data e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Outros assuntos. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior.** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 23 de fevereiro de 2010, que não conteve nenhuma modificação. São Paulo, 23 de fevereiro de 2011.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-014428/O-6

José Rubens Alonso
Contador CRC 1SP104350/O-3